

A CONCEPÇÃO HEGELIANA DE ESTADO PARA O CONTEXTO POLÍTICO ATUAL DA AMÉRICA LATINA

José Aldo Camurça de Araújo Neto

RESUMO

Este artigo tem como finalidade expor duas concepções de Estado: um no âmbito filosófico, e outro no âmbito político. Na filosofia, tentaremos expor como Hegel concebia o Estado enquanto verdadeiro fundamento da liberdade. Depois, analisaremos como o conceito hegeliano de Estado se aplica hoje na atual conjuntura política da América Latina face ao processo de globalização que ocorre em nosso continente.

Palavras-Chave: Estado; Hegel; Liberdade; Globalização.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão acerca da viabilidade ou não do processo de globalização na América latina, vem pautando tanto os discursos no âmbito político quanto o da opinião pública. Medidas como a privatização de órgãos públicos, o predomínio do capital estrangeiro em detrimento à economia nacional, a importância que a imprensa dá ao mercado financeiro como “balcão de negócios do mundo” (no sentido da intensa relação de compra e venda de ações) que influencia a vida das pessoas, diariamente, têm manifestado nos países subdesenvolvidos (países do continente africano, América Central e os da América Latina) reações contrárias a este processo de exclusão social que ocorre nestes países.¹

Todavia, essa concepção negativa do Estado, que conhecemos hoje no contexto atual da globalização, nem sempre foi visto desta maneira. Com o declínio do sistema feudal, por exemplo, o rei (atrelado mais tarde, com a burguesia) viu-se obrigado a manter unido o seu reino que estava bastante fragmentado. Nesse sentido, estes territórios passaram a ter moeda única, exército único criando, assim, um sentimento de pertencimento àquela terra, a saber, um sentimento de nacionalidade. Desse modo, todo este processo de mudança de mentalidade por parte dos reis desembocaria, mais tarde, na

construção sócio-política que a historiografia denomina de “formação dos Estados Nacionais”.

Já no âmbito da filosofia a discussão não poderia ser diferente. Filósofos como Platão, Spinoza, Leibniz, Locke, Habermas, dentre outros, defendiam (cada um a sua maneira) a postura pelo qual o Estado deveria se portar à coletividade. Hegel, filósofo alemão que viveu no século XIX, não foi diferente de seus antecessores. Nas obras *Filosofia da História e Princípios da Filosofia do Direito* Hegel tem como objetivo desenvolver a idéia de liberdade enquanto idéia absoluta. Mas para se chegar a esta conclusão, Hegel trabalha com conceitos filosóficos de moralidade, eticidade, espírito, liberdade, dentre outros.

Para tanto, dois objetivos serão buscados no presente artigo: expor a concepção hegeliana de Estado, que representa a efetivação do espírito absoluto enquanto conceito, e contextualizá-lo na conjuntura atual da América latina.

O CONCEITO HEGELIANO DE ESTADO

Hegel concebia o Estado como o verdadeiro fundamento da liberdade. Dito de outro modo é nele que o conceito de liberdade se realiza plenamente.

O Estado é o que existe; é a vida real e ética, pois ele é a unidade do querer universal, essencial, e do querer subjetivo – e isso é a moralidade objetiva. O indivíduo que vive nessa unidade possui uma vida ética, tem um valor que existe nessa substancialidade.²

Desse modo, percebe-se a tentativa de Hegel de defender o Estado como o único referencial ontológico capaz de garantir toda a estrutura de sua filosofia política. Para aqueles que não conhecem a filosofia política de Hegel, a construção do sistema filosófico da obra *Princípios da Filosofia do Direito* tem como ápice o Estado; ápice este que se constitui como instância necessária capaz de conciliar os interesses ora individuais, ora coletivos. Neste aspecto, enquanto que na moralidade, segundo momento da obra, o princípio de liberdade era interiorizado a partir do reconhecimento do outro como “sujeito”, (indivíduo isolado), já na eticidade o indivíduo se libera de si para realizar-se plenamente na comunidade.

Nas palavras de Thadeu Weber, a eticidade “é o âmbito dos deveres éticos que são determinações objetivas do dever para com as outras pessoas”³. Nesse sentido, o indivíduo irá efetivar plenamente a sua liberdade no Estado uma vez que o mesmo é condição de possibilidade da liberdade política. Em suma, o indivíduo só é livre como membro do Estado.

O Estado, como realidade em ato da vontade, substancial, realidade esta que adquire na consciência particular de si universalizada é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante aos indivíduos que, em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever.⁴

Entretanto, devemos ficar atentos a possíveis conseqüências sobre a afirmação feita por Hegel na citação anterior. O que se entende, propriamente, por liberdade? Será o Estado o único lugar de possibilidade de efetivação da liberdade? Para Hegel, o Estado – enquanto totalidade ética - inclui as liberdades individuais na medida em que estão conservadas e resguardadas na universalidade. Desta maneira, os indivíduos estão inseridos ao sistema hegeliano como “essência da autoconsciência” que se realiza de forma autônoma, plena.

Nesse sentido, Hegel toma como ponto de partida, na exposição da idéia de liberdade, não a individualidade do indivíduo enquanto ser moral (pois cairíamos o risco de voltar à liberdade ao que era antes, ou seja, um princípio a ser interiorizado pelo sujeito; sem a chance de exteriorizá-lo na sociabilidade); e sim, ao que ele denomina “essência da autoconsciência” que se constitui como contraposição à “consciência individual”. Esta consciência individual levaria o indivíduo a ser considerado como momento a ser superado pelo próprio sistema hegeliano não tendo, dessa maneira, a sua alteridade respeitada.

Percebe-se aí um sério problema na concepção hegeliana de homem: considerar a humanidade como mero expectador da História, isto é, não existiria no homem a possibilidade da escolha dentre as várias existentes. Uma das teses principais da obra *Filosofia da História* é de considerar a Razão, enquanto divina e absoluta, regindo a história. Desse modo, o sujeito é posto como mero expectador dos fatos históricos, pois há uma racionalidade intrínseca que reina soberana no mundo e que não é afetada pela ação do indivíduo.

(...) a razão é imanente à existência histórica e nela se realiza. A união do universal – do ser em si e para si – com o individual e o subjetivo é a verdade única, é a natureza especulativa que é tratada de forma genérica na lógica. Mas no próprio decorrer da história universal, concebida ainda em progresso, o último objetivo da história não é ainda o conteúdo da necessidade e do interesse; e embora não tenha consciência desse fato, o universal está nos fins particulares e realiza-se por intermédio deles.⁵

E a liberdade humana enquanto inserida no Estado, ela não terá força perante a esta Razão? Do ponto de vista ontológico, Hegel faz uma justificação do Estado no sentido de concebê-lo como idéia norteadora, isto é, “um caminho de Deus a ser seguido no mundo” (& 258, p.225). Nesse sentido, o Estado concebido por Hegel, na qual se realiza a liberdade substancial, é o Estado racional, a saber, aquele instanciado pela Razão absoluta, divina. Não deve ser entendido aqui, que esse estado divinizado já se concretizou no real; pelo contrário, é uma construção idealista face aos vários exemplos de estados existentes no mundo.

Hegel concebia o Estado como o espaço aonde a “substância ética” se realiza enquanto idéia de liberdade. Portanto, esta concepção preexiste no pensamento como conceito. Os estados históricos, por sua vez, são concebidos na sua forma empírica, ou seja, são os que existem nas formas de República, Monarquia, Parlamentarismo, dentre outras. Nesse sentido, a pretensão de Hegel era efetivar o estado ideal na sua forma conceitual, e não empírica. Pode-se dizer, portanto, que os estados históricos são realizações parciais da idéia do Estado uma vez que não atingiram ainda o grau ontológico de elaboração conceitual deles próprios.

Já o Estado hegeliano, por sua vez, é substancialmente necessário a sua concretização: mas, a nível conceitual. Além de se constituir como idéia reguladora, o estado ideal é constitutivo do processo histórico. Tal afirmação nos leva a crer que Hegel tinha uma visão otimista de considerar o Estado como instância reguladora da vida dos indivíduos. Sem ele, não haveria o apaziguamento dos conflitos, não haveria organização tanto na esfera administrativa, quanto judicial e mais ainda, a sociedade não poderia se reconhecer enquanto coletividade. Todavia, não se pode concluir que o indivíduo deva obedecer cegamente tudo o que o Estado mandar.

Segundo Hegel, quando o indivíduo é membro desta esfera política ele participa na vida comunitária dos outros indivíduos. Desse modo, o cidadão torna-se um ser ativo e participativo na coletividade, já que sua participação pode influenciar os destinos de todos ao seu redor. Denis Rosenfield considera esse ato como uma das principais obrigações do indivíduo perante o Estado.

O mais alto dever do indivíduo é ser membro do Estado o que significa que ele participa do processo pelo qual se decide o destino dos indivíduos e de todo o povo. Trata-se da intervenção consciente de cada um nos assuntos que dizem respeito à vida de todos. Além disso, o mais alto dever do indivíduo consiste, então, não em submeter-se cegamente às ordens da autoridade estatal, mas em pôr em funcionamento o conjunto das determinações que constituem o cidadão que é, simultaneamente, homem jurídico, moral, membro da família, da sociedade e do Estado.⁶

Outro ponto que precisa ser levado em consideração a respeito da concepção hegeliana de Estado é a manutenção da diversidade dos outros estados face ao estado ideal compreendido pelo autor. Não se trata de eliminar os estados históricos a fim de que o estado ideal possa concretizar-se historicamente; pelo contrário, este deve levar em conta as particularidades de cada estado na sua alteridade. Em suma, a realização da substancialidade ética não pode excluir a diversidade. Nesse sentido, para pensarmos numa alternativa de governo (ou mesmo de sociedade) que possa combater o processo avassalador da globalização, precisamos respeitar aqueles defensores deste sistema.

Portanto, se o questionamento a respeito da existência ou não da liberdade humana, problematizado em linhas anteriores, preocupava-nos no sentido da possibilidade concreta da não existência de participação em sociedade, agora, reencontramos a liberdade humana, a saber, a própria História. É nela que o indivíduo exterioriza as suas ações a fim de conseguir algo melhor mesmo que para isso, haja batalhas, conflitos – tanto ideológicos quanto armados – guerras (ora pessoais, ou entre nações). Nas palavras do próprio Hegel, “*A história universal não é o palco da felicidade. Os períodos felizes são as páginas em branco, são os períodos dos acordos, das oposições ausentes*”.⁷ Nesse aspecto, aquilo que o indivíduo faz ou deixa de fazer terá implicações sérias na posteridade.

Por essas e outras é importante passarmos uma rápida recapitulação do que foi dito até agora. Vimos anteriormente, que a principal característica da idéia de Estado em Hegel

é a simbologia que este conceito tem para sua filosofia. Além disso, analisamos que este conceito tem como pretensão a efetivação da liberdade enquanto idéia especulativa, absoluta. Agora, passemos ao segundo ponto de nossa exposição: relacionar a idéia hegeliana de Estado para a atual conjuntura política da América Latina.

O CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A América Latina passou muitos séculos sendo colônia de exploração da metrópole (Espanha, Portugal, por exemplo). Neste tipo de colonização, a metrópole extraía da colônia os principais produtos existentes nesses países. Enquanto isso, a metrópole garantia em seus cofres o aumento de divisas e a manutenção de sua balança comercial (a idéia do mercantilismo). Não nos esqueçamos, todavia, que havia economia dentro da colônia.

Não estamos falando de uma economia interna que fosse dinâmica por excelência, ou seja, uma economia que desenvolvesse os diversos setores do país retirando muitos daqueles que estavam (e ainda estão) na miséria; estamos falando, isso sim, da economia voltada para os grandes mercados internacionais: a exportação. No início da colonização do Brasil, por exemplo, o nosso principal produto não era somente o pau-brasil: a cana-de-açúcar alavancou as capitânicas de São Vicente (São Paulo) e de Pernambuco na época, como principais exportadores do produto naquele momento. Isso sem falar das peculiaridades de sua plantação: a cana-de-açúcar se deu muito bem no solo pernambucano por causa do solo massapé, o financiamento da Holanda - durante a União Ibérica (1580-1640) - na compra de equipamentos especializados favorecendo no aumento da produção, a utilização de mão-de-obra escrava que ajudou a aumentar os lucros dos senhores de engenho etc.

Mesmo que o Brasil começasse a ter traços urbanísticos com o auge da mineração (séc. XVIII), o “nosso carro chefe” da pauta de exportações no século XIX foi o café. Para se ter uma idéia disso, na época áurea do produto – décadas de 60 até o fim do século XIX - quase 65% da produção mundial de café se concentrava em nosso país. Isso mesmo: de cada 10 xícaras de café tomadas no mundo naquele período, seis xícaras tinham como origem o café brasileiro. Os solos do Oeste paulista e do Vale do Paraíba foram bastante favorecidos com este produto uma vez que suas condições tanto climáticas quanto geográficas favoreciam a plantação de café em nosso país.

Percebe-se agora, qual a finalidade, nesse contexto, de se fazer agricultura: exportar para os outros países, nossas melhores mercadorias a preços mais atrativos. Já aquelas produzidas aqui, vendem-se aos “olhos da cara”, ou seja, coloca-se no mercado produtos bem mais caros para o consumidor. Feita essas considerações, algum leitor atento pode fazer a seguinte pergunta: qual a relação da história econômica do Brasil com a situação política da América latina? Na verdade, tudo faz sentido.

A cana - de - açúcar e o café estavam inseridos num contexto macroeconômico, onde a metrópole (a primeira) e o império (o segundo) saíam lucrando com os lucros obtidos nas exportações. Hoje, a situação não é diferente. Quando acontece um conflito no Iraque, por exemplo, as tropas norte-americanas vão a campo a fim de mediar os conflitos. Mas vendo por outro ângulo, este “mediar” traz seqüelas irreparáveis aos iraquianos, uma vez que as armas utilizadas pelos soldados norte-americanos são patrocinadas por grupos econômicos que estão no Iraque a fim de “ajudar na reconstrução do país”. Ou seja, eles ao mesmo tempo estão lucrando tanto na vida quanto na morte da população iraquiana.

Na vida em relação a necessidade dos Estados Unidos de construir uma nova base política, econômica, administrativa no Iraque. Já a morte, por sua vez, no que tange a compra de mais armamento a fim de combater aqueles que defendem “o eixo do mal”. Do ponto de vista de Hegel, os EUA representariam - claro que nas devidas proporções - o Estado ideal efetivado na realidade. Já o Iraque, por sua vez, seria um exemplo de estado histórico que almeja a ser um estado ideal. Desta maneira, o estado ideal estaria tentando eliminar o estado histórico uma vez que este não possui as mesmas peculiaridades que aquele.

Por outro lado, aqueles defensores da tese de que a globalização traz benefícios à vida das pessoas estão certos em alguns pontos e errados em outros. Certos, em relação aos benefícios intelectuais quando duas nações trocam experiências ora culturais, ora econômicas ou até mesmo políticas. Errados, em relação às conseqüências danosas que o processo de aculturação traz na vida das sociedades no sentido da valorização exacerbada do que vem de fora em detrimento ao que é produzido internamente.

Quando uma idéia estrangeira, uma instituição ou simplesmente uma moda estrangeira é transplantada na sua totalidade, os seus resultados não são os melhores possíveis. O

vestido é demasiado largo ou apertado, demasiado cumprido ou curto e, de repetidas experiências, podemos deduzir que, embora o tecido seja bom, melhor seria se fosse confiado a um costureiro nativo. O passo seguinte é importar a lã para que o tecido seja feito por nós próprios, depois, no processo natural da evolução, criar ovelhas para produzir essa lã; e finalmente, gritar do alto dos nossos telhados que o próprio Deus se vestia com um tecido que os índios de Tlaxcala já teciam há muitos séculos.⁸

E é isso que aconteceu (e ainda acontece) quando os países da América Latina entram em contato com as culturas européia e norte-americana, respectivamente. Enquanto que no começo tudo é uma grande novidade, durante os anos haverá uma intensa perda de identidade destes povos no sentido da intensa assimilação dos mesmos ao que vem de fora.

Os latinos americanos procuram no estrangeiro a solução de seus problemas. Estudam e comparam o pensamento e as instituições políticas dos países mais avançados; têm grande prazer em aprender idiomas estrangeiros, juntam-se entusiasticamente aos movimentos artísticos, literários e filosóficos em todo o mundo; gastam muito dinheiro e revelam as suas melhores maneiras para que o estrangeiro se sinta bem em suas casas.⁹

Ou seja, enquanto que muitas vezes nós não valorizamos o que é produzido em nossa própria terra, valorizamos as outras culturas seja por meio da língua, dos filmes, da música, enfim, dentre as diversas manifestações culturais. Desta maneira, sentimos estar vivendo numa outra realidade, isto é, com os pés em nosso país, mas a cabeça (melhor dizendo, a nossa mentalidade) estando no país vizinho. Mas, não será apenas esse aspecto que a globalização irá afetar ao povo latino – americano. As grandes redes de comunicação, o turismo, bem como a cultura de massa, estão seguindo no mesmo ritmo, isto é, difundindo na mentalidade dos jovens a existência de uma única cultura: a norte - americana. A principal característica dessa forma imperialista de “dominar o mundo” é a sua respectiva padronização de valores seja na música, no cinema, nas artes, no estilo de vida ao restante do mundo.

Habermas, filósofo alemão do século XX, possui a mesma opinião em relação aos danos causados pelo processo de globalização. Para ele, quem comanda os rumos dos Estados nacionais não são propriamente os Estados nacionais e sim, o mercado financeiro da bolsa de valores. Desse modo, a tarefa de qualquer governante perante a

essa situação de desmantelamento do funcionalismo público perante a globalização é de como equacionar o bem-estar social com a liberdade política dos indivíduos. Diante disso, e a situação de nossos jovens como fica? Eles serão engolidos pela globalização? O próprio Habermas retrata a situação da juventude diante deste intenso “massacre cultural” que a globalização nos impõe atualmente na América Latina.

Os mesmos bens de consumo e estilos de consumo, os mesmos filmes, programas de televisão e êxitos se espalham pela esfera terrestre; as mesmas modas *pop*, *techno* ou da calça *jeans* atingem e marcam a mentalidade da juventude; mesmo nas regiões mais distantes; a mesma língua sempre o mesmo inglês assimilado – serve de meio de compreensão entre os dialetos mais remotos.¹⁰

Percebe-se agora, a gravidade do problema: como conciliar os interesses das grandes empresas multinacionais (muitas delas, de origem européia ou norte - americana) nos países que falam língua espanhola e portuguesa. Durante a década de 90, muitas destas empresas se instalaram no continente latino – americano por causa da conjuntura global da economia. Não nos esqueçamos, porém, que muito dos governos de nosso continente aderiram à ideologia do *neoliberalismo*. Esta política se caracteriza nos seguintes pontos:

- A. Gradual diminuição do poder, tanto político quanto econômico, do Estado tendo como exemplo maior, a política das privatizações. Consequentemente, várias órgãos que eram administrados pelo poder público, passaram a ser administrados pela iniciativa privada.
- B. O chamado “enxugamento” da máquina administrativa do Estado através da contratação de empresas terceirizadas que fazem os mesmos serviços técnicos – administrativos antes realizados pelo poder público.
- C. A importância da palavra *Superávit* primário na vida econômica dos países latino-americanos. Este termo se caracteriza pela tentativa dos governos em arrecadar dinheiro nos impostos, a fim de pagar os juros da dívida externa. Desse modo, além desta preocupação os governos precisam garantir aos investidores internacionais que as finanças internas e externas estão em equilíbrio.

D. Um belo exemplo de órgão internacional que tenta influenciar a Economia no nosso continente é o FMI, Fundo Monetário Internacional. Este órgão tem como objetivo dá as diretrizes sociais e econômicas nos países subdesenvolvidos. Seja na política de juros, seja no controle da inflação, ou até mesmo no estabelecimento de indicadores do *Superávit* primário, não importa, ele é o “calcanhar de Aquiles” para o desenvolvimento de nosso continente.

A REAÇÃO DA AMÉRICA LATINA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO

Feita essas considerações a respeito da política neoliberal imposta pela conjuntura política e econômica do mundo, fica o questionamento: existe alguma alternativa para esta situação? Será que a população apóia estas medidas econômicas impostas por seus governantes? Como foi dito nas primeiras linhas, existem movimentos de antiglobalização em nosso continente que combatem tanto na teoria quanto na prática este sistema. Intelectuais, movimentos oriundos das classes menos favorecidas, políticos, dentre outros, articulam-se diariamente a fim de combater determinadas medidas impostas pela globalização. Um exemplo interessante disso foi o que ocorreu entre 2001 e 2002 no Brasil.

A **CNBB** (Convenção Nacional dos Bispos do Brasil), juntamente com o **MST** (Movimento dos Sem-terra), **CUT** (Central Única dos Trabalhadores) e outras instituições políticas importantes, ajudaram a elaborar o plebiscito que percorreu o país. O plebiscito consistia na seguinte pergunta: se você era a favor ou contra que o governo brasileiro assinasse a ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas)¹¹. O resultado foi avassalador: mais de 80% da população votou contra a ALCA e disse sim a soberania brasileira. Já em 2003, quando o presidente Lula assume o governo, o governo brasileiro defende a tese do restabelecimento do Mercosul.

Na Argentina, a situação política encontrava-se, também, bastante agitada. Com a crise cambial deflagrada em 2001 e que prejudicou a maioria da população, o governo de Néstor Kirchner tomou uma atitude radical: decretou moratória ao FMI durante um período determinado de tempo. Moratória, para quem não sabe, é a suspensão de qualquer pagamento feito no país ao investidor estrangeiro. Isso demonstrou a insatisfação do povo perante os rumos norteados pelo FMI. Depois deste fato, a

economia Argentina ganhou um salto de qualidade atingindo crescimentos anuais de 5 a 8% ao ano.

Já na Venezuela, a situação política mostra-se ainda mais conturbada. Hugo Chavez ao ser eleito no ano passado afirmou que quer implantar na Venezuela, “o Socialismo do século XXI”. Se isto será implantado ou não, só o tempo irá responder. Entretanto, Chavez consegue uma proeza na esfera política: enfrentar o poderio político e econômico dos EUA. Com os seus discursos de defesa de um Estado forte e centralizador - instancia que regula a vida dos indivíduos – capaz de gerir os investimentos nacionais contra a entrada de capital estrangeiro, o presidente da Venezuela está combatendo, na verdade, não o governo Bush ou quem quer que esteja no poder; combate, isso sim, o sistema capitalista que impõe aos indivíduos a competição, a busca pelo status, o individualismo, o consumismo, em suma, os efeitos maléficos do sistema.

Na Bolívia, recentemente, o governo de Evo Morales buscou na nacionalização de seu gás, uma alternativa política de controlar o principal produto do país. Do ponto de vista econômico, os resultados desta medida, ainda são quase nulos perante a opinião pública. Percebeu-se nesta pequena análise da situação da América Latina que existe uma articulação de tentar frear a globalização no âmbito da economia. Entretanto, não pensemos que estes países ao se posicionarem contrários a ela não estejam praticando-a. Mesmo estes países criticando a globalização, suas economias dependem, fundamentalmente, do capital externo para sobreviver no mercado tão concorrido que é, o mercado internacional.

Pode parecer contraditório o que foi dito anteriormente, mas a realidade é esta: conciliar uma postura política de antiglobalização e, ao mesmo tempo, executar medidas que vão ao encontro da globalização. Caso Hegel fosse vivo, ele não iria compreender o seu Estado ideal inserido no Estado histórico, ou seja, um estado passível de mudanças econômicas, políticas, constantemente. Talvez, os dirigentes dos países latino – americanos tenham lido Hegel e compreendido o seguinte aspecto de seu pensamento: garantir a liberdade de nosso povo dentro de nossos territórios, uma vez que o Estado hegeliano é o lugar aonde a liberdade se efetiva plenamente, a fim de barrar a ameaça de um pseudo – estado absoluto (os EUA) que tenta impor os seus valores arbitrariamente.

CONCLUSÃO

E foram estas algumas das considerações a respeito da concepção hegeliana de Estado na atual conjuntura política da América Latina. Uma das principais falhas da globalização é de não levar em consideração as peculiaridades dos estados históricos de cada continente. Como já foi nas páginas iniciais de nosso artigo, para que o Estado compreendido por Hegel seja efetivado conceitualmente devemos reconhecer os estados históricos na sua alteridade. Sem isso, o universal (a Idéia) não se exterioriza no particular (o indivíduo) deixando margem a possibilidade de surgir governos autoritários, que não deixam as liberdades individuais serem expressas na sociabilidade.

Aliás, Hegel deixa bem claro em muitas passagens da *Filosofia da História e nos Princípios da Filosofia do Direito* que para se pensar o Estado como o lugar onde a liberdade se realiza plenamente, os indivíduos precisam estar livres uns com os outros a fim de que ocorra a fundamentação ontológica de sua teoria. Sem essa condição, o espírito absoluto não se desenvolve historicamente. Além disso, o ser humano não terá a liberdade como um dos princípios norteadores de sua existência.¹² Nesse sentido, percebe-se que os governos de nosso continente estão se atualizando a fim de se conseguir o objetivo maior: ser um estado ideal.

É claro que durante as próximas décadas (ou séculos), os estados históricos precisarão atingir níveis minimamente aceitáveis de saúde, educação, moradia, segurança, para poderem ser melhores que antes. O estado ideal hegeliano não é algo impensável; pelo contrário, é uma fé racional que deve ser construída a cada dia em nossas vidas seja nos pequenos atos cotidianos até as grandes decisões que podem influenciar as nossas vidas por muitos anos.

NOTAS

¹ Um exemplo interessante de movimento antiglobalização foi a criação do Fórum Social, que ocorre a cada dois anos, que tem como objetivo se contrapor ao Fórum Econômico de Davos, Suíça.

² Hegel, Georg Wilhelm Friedrich – *Filosofia da História*, segunda edição, Brasília, ed: Unb, 1995 p.39.

³ Weber Thadeu – *Hegel, Liberdade, Estado e História* – Petrópolis, Rio de Janeiro, ed: Vozes, 1993, p.95.

⁴ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, *Princípios da Filosofia do Direito*, Lisboa, ed: Guimarães, 1990, p 225.

⁵ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich – *Filosofia da História*, segunda edição, Brasília, ed: Unb, 1995 p.30.

⁶ Rosenfield Denis – *Política e Liberdade em Hegel*, segunda edição, São Paulo, ed: Ática, 1995, p.226.

⁷ Hegel, Georg Wilhelm Friedrich – *Filosofia da História*, segunda edição, Brasília, ed: Unb, 1995 p.30.

⁸ Adams, Mildred – *América Latina: Evolução ou Explosão*, (trecho retirado do artigo “Nacionalismo e Desenvolvimento” de Daniel Cosío Villegas), Tradução de Fernando Castro Ferro Rio de Janeiro, ed: Jorge Zahar, 1964, p123.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Habermas, Jürgen. *A Constelação pós-nacional*. São Paulo, ed Littera Mundi, 2001 p.95.

¹¹ Na época, a discussão se fundamentava no seguinte: se era bom negócio ou não que Brasil assinasse este acordo. Durante o governo FHC, havia-se a intenção que este acordo fosse assinado nos termos estabelecidos pelos EUA. Os partidos de oposição, no entanto, levaram o problema à opinião pública afirmando que a ALCA não trazia nenhuma vantagem ao Brasil, uma vez que este grande bloco econômico não abria a possibilidade de competitividade entre os países do continente. Desta maneira, os EUA saíam sempre no lucro, pois quem determinava as regras daqueles produtos que poderiam ser comercializados com preços abaixo do mercado era o próprio governo norte-americano. Isso sem falar que com a criação da ALCA, o MERCOSUL deixaria de existir prejudicando bastante os países membros.

¹² Em muitas passagens da *Filosofia da História*, Hegel defende a tese que nada acontece no mundo sem paixão. Para ele, a atividade humana na história só tem sentido quando esta atividade é influenciada por interesses particulares, de fins especiais ou de intenções egoístas. Nesse sentido, quando o indivíduo se presta a fazer determinadas coisas em detrimento de outras, ele está aplicando toda a sua força e energia a fim de conseguir determinadas vantagens em sua vida. Em síntese, é por meio destas paixões que a história é movida.